



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Sexta-feira, 08 de dezembro de 2023 às 18:38, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 5412647: RESOLUÇÃO Nº 018/2023

ENTIDADE

CIDEMA - Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio

Ambiente



<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:5412647>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br>



Assinado Digitalmente por Consórcio de Inovação na Gestão Pública Municipal - CIGA

RESOLUÇÃO Nº 018/2023

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente – CIDEMA, no uso das atribuições conferidas pelos art. 36 a 37 do contrato de Consórcio,

RESOLVE

Art. 1º - Fica estabelecido o Procedimento Operacional Padrão – POP 01 – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, com os procedimentos que deverão ser utilizados pelos Serviços de Inspeção dos Municípios sócios do Consórcio no que diz respeito ao Programa SUASA;

Art. 2º - O Procedimento Operacional Padrão encontra-se em anexo a esta resolução;

Art. 3º - Essa Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Chapecó, SC 08 de dezembro de 2023.

**CLODOALDO
BRIANCINI:70843392991**

Assinado de forma digital por
CLODOALDO BRIANCINI:70843392991
Dados: 2023.12.08 13:41:13 -03'00'

**CLODOALDO BRIANCINI
Prefeito de Cordilheira Alta
Presidente do CIDEMA**

POP 01 – PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Data de Emissão: 08/12/2023	Data de Vigência: 30/06/2024	VERSÃO nº: 01 Páginas 1 a 30
--	---	---

Elaborado por:  <p>Documento assinado digitalmente EMANUELLE MARIA GOTTARDI Data: 08/12/2023 15:20:58-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br</p> <p>Emanuelle Maria Gottardi Médica Veterinária Gerente do Prosuasa</p>	Homologado por: <p>MORCIEL DE ARAUJO FARAUM:0284550191 9</p>  <p>Assinado de forma digital por MORCIEL DE ARAUJO FARAUM:02845501919 Dados: 2023.12.08 15:26:08 -03'00'</p> <p>Morciel de Araújo Faraum Médico Veterinário Diretor executivo do CIDEMA</p>
--	---

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

1. DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

- a) Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 - Dispõe sobre inspeções sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências;
- b) Lei nº 9784 de Janeiro de 1999, Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
- c) Lei 14.515, de 29 de dezembro de 2022 no que se refere a medidas cautelares e infrações e penalidade.
- d) Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017 e suas alterações.

2. OBJETIVO

Estabelecer o procedimento operacional padrão que regulamenta as penalidades que serão aplicadas quando da ocorrência de infrações pelos estabelecimentos.

3. DEFINIÇÃO

Consideram – se infrações o ato ou efeito de infringir as regras. Transgressão ou violação de preceito ou regra.

4. APLICAÇÃO

Aplica – se a todos os estabelecimentos registrados no SIM e SISBI, responsáveis do SIM e Assessores Jurídicos, Secretários de Agricultura de Prefeitos dos Municípios conveniados.

5. PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÕES DE SANÇÕES NOS ESTABELCIMENTOS DE PRODUTOS DE ORIGEM ANMAL:

As infrações deste POP serão punidas administrativamente, em conformidade com a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, e, quando for o caso, mediante responsabilidade civil e criminal.

Incluem-se entre as infrações previstas neste regulamento:

I - Atos que procurem embaraçar a ação dos servidores do SIM/POA no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II - Desacato, suborno, ou simples tentativa;

III – Informações inexatas sobre dados estatísticos referente à quantidade, qualidade e procedência dos produtos;

IV - qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse ao SIM/POA.

Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infração à legislação referente aos produtos de origem animal, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I - advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má-fé;

II - multa, de 500 (quinhentos) até 2.000 (dois mil) reais, nos casos não compreendidos no inciso anterior.

III - apreensão e/ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - Suspensão de atividade que cause risco ou ameaça de natureza higiênico-sanitária ou no caso de embaraço à ação fiscalizadora;

V - Interdição, total ou parcial, do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou falsificação habitual do produto ou se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas.

As multas previstas neste artigo serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardis, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator e os meios ao seu alcance para cumprir a lei.

A interdição de que trata o inciso V poderá ser levantada, após o atendimento das exigências que motivaram a sanção.

Se a interdição não for levantada nos termos do parágrafo anterior, decorridos 12 (doze) meses, será cancelado o registro ou relacionamento.

As sanções previstas serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo, conforme descrito no código de defesa do consumidor.

5.1 Das responsabilidades

Serão responsabilizadas pela infração, para efeito da aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:

- I - fornecedoras de matérias-primas ou de produtos de origem animal, desde a origem até o recebimento nos estabelecimentos registrados no SIM/POA
- II - proprietárias, locatárias ou arrendatárias de estabelecimentos registrados no SIM/POA onde forem recebidos, manipulados, beneficiados, processados, fracionados, industrializados, conservados, acondicionados, rotulados, armazenados, distribuídos ou expedidos matérias-primas ou produtos de origem animal;
- III - que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal;

A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias-primas.

5.2 Das medidas cautelares

Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o SIM/POA deverá adotar, isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:

- I - Apreensão do produto, dos rótulos e embalagens;
- II - suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas;
- III - coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais;
- IV - Determinar a realização pela empresa de coleta de amostras para análises laboratoriais, a

serem realizadas em laboratório próprio ou credenciado.

Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

As medidas cautelares devem ser proporcionais e tecnicamente relacionadas aos fatos que as motivaram.

Quando a apreensão de produtos for motivada por deficiência de controle de processo de produção, as medidas cautelares poderão ser estendidas a outros lotes de produtos fabricados sob as mesmas condições.

As medidas cautelares adotadas cujas suspeitas que levaram a sua aplicação não forem confirmadas serão levantadas.

Após a identificação da causa da irregularidade e a adoção das medidas corretivas cabíveis, a retomada do processo de fabricação será autorizada.

Quando for tecnicamente pertinente, a liberação de produtos apreendidos poderá ser condicionada à apresentação de laudos laboratoriais que evidenciem a inexistência da irregularidade.

O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

O SIM poderá determinar que o estabelecimento desenvolva e aplique um plano de amostragem delineado com base em critérios científicos para realização de análises laboratoriais, cujos resultados respaldarão a manutenção da retomada do processo de fabricação quando a causa que motivou a adoção

da medida cautelar for relacionada às deficiências do controle de processo de produção. As amostras de que trata o caput serão coletadas pela empresa e as análises serão realizadas em laboratório próprio ou credenciado.

5.3 Das Infrações

Constituem infrações ao disposto no Decreto, além de outras previstas:

- I - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação no SIM/POA, quando houver aumento de capacidade de produção ou alteração do fluxo de matérias- primas, dos produtos ou dos funcionários;
- II - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
- III - utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
- IV- expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
- V - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
- VI - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no SIM/POA;
- VII - expedir produtos sem rótulos ou cujos rótulos não tenham sido registrados no SIM/POA;
- VIII - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
- IX - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
- X - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
- XI - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
- XII - utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
- XIII - não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM/POA relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
- XIV - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado em nenhum serviço de inspeção ou quando este estiver fora do

seu âmbito de comercialização;

XV - fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;

XVI - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM/POA;

XVII - utilizar produtos com prazo de validade vencida em desacordo com os critérios estabelecidos na legislação;

XVIII – sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse aos órgãos fiscalizadores e ao consumidor;

XIX - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM/POA;

XX - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;

XXI - adulterar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;

XXII - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

XXIII - embaraçar a ação de servidor do SIM/POA no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;

desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar se o servidor do SIM/POA;

XXIV - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;

XXV - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;

XXVI - - utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;

XXVII - fraudar documentos oficiais;

XXVIII - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;

XXIX - deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM/POA nos prazos regulamentares;

XXX - prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM/POA;

XXXI- apor aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade;

XXXII - importar matérias-primas ou produtos de origem animal adulterados;

XXXIII - iniciar atividade sem atender exigências ou pendências estabelecidas por ocasião da concessão do título de registro;

XXXIV- utilizar de forma irregular ou inserir informações ou documentação falsas, enganosas ou inexatas ao SIM/POA

XXXV - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos aoSIM/POA;

XXXVI- receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar, acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão de fiscalização competente;

XXXVII - descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou autuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;

XXXVIII- não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.

Consideram-se impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentam, no todo ou em parte, as matérias-primas ou os produtos de origem animal que:

- I - apresentem-se alterados;
- II - apresentem-se adulterados;
- III - apresentem-se danificados por umidade ou fermentação, rançosos, com características físicas ou sensoriais anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, na elaboração, na conservação ou no acondicionamento;
- IV - contenham substâncias ou contaminantes que não possuam limite estabelecido em legislação, mas que possam prejudicar a saúde do consumidor;
- V - contenham substâncias tóxicas ou compostos radioativos em níveis acima dos limites permitidos em legislação específica;
- VI - contenham microrganismos patogênicos em níveis acima dos limites permitidos em normas complementares e em legislação específica;
- VII - revelem-se inadequados aos fins a que se destinam;
- VIII - sejam obtidos de animais que estejam sendo submetidos a tratamento com produtos de uso veterinário durante o período de carência recomendado pelo fabricante;
- IX - sejam obtidos de animais que receberam alimentos ou produtos de uso veterinário que possam prejudicar a qualidade do produto;

- X - apresentem embalagens estufadas;
- XI- apresentem embalagens defeituosas, com seu conteúdo exposto à contaminação e à deterioração;
- XII - estejam com o prazo de validade expirado;
- XIII - não possuam procedência conhecida; ou
- XIV - não estejam claramente identificados como oriundos de estabelecimento sob inspeção sanitária.

Outras situações não previstas nos incisos de I a XXXIX podem tornar asmatérias-primas e os produtos impróprios para consumo humano, conforme critérios definidos pelo SIM/POA.

Além dos casos acima, as carnes ou os produtos cárneos devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:

- I - sejam obtidos de animais que se enquadrem nos casos de condenação previstos neste Decreto e em normas complementares;
- II - estejam mofados ou bolorentos, exceto nos produtos em que a presença de mofosseja uma consequência natural de seu processamento tecnológico; ou
- III - estejam infestados por parasitas ou com indícios de ação por insetos ou roedores.
- IV - São ainda considerados impróprios para consumo humano a carne ou os produtos cárneos obtidos de animais ou matérias-primas animais não submetidos à inspeção sanitária oficial.

Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, o pescado ou os produtos de pescado devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, quando:

- I - estejam em mau estado de conservação e com aspecto repugnante;
- II - apresentem sinais de deterioração;
- III - sejam portadores de lesões ou doenças;]
- IV - apresentem infecção muscular maciça por parasitas;
- V - tenham sido tratados por antissépticos ou conservadores não autorizados peloSIM/POA;
- VI - tenham sido recolhidos já mortos, salvo quando capturados em operações de pesca;

VII - apresentem perfurações dos envoltórios dos embutidos por parasitas.

Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, os ovos e derivados devem ser considerados impróprios para consumo humano, na forma como se encontram, quando apresentem:

- I - alterações da gema e da clara, com gema aderente à casca, gema rompida, presença e manchas escuras ou de sangue alcançando também a clara, presença de embrião com mancha orbitária ou em adiantado estado de desenvolvimento;
- II - mumificação ou estejam secos por outra causa; III - podridão vermelha, negra ou branca;
- III - contaminação por fungos, externa ou internamente;
- IV - sujidades externas por materiais estercoreais ou tenham tido contato com substâncias capazes de transmitir odores ou sabores estranhos;
- V - rompimento da casca e estejam sujos; ou
- VI - rompimento da casca e das membranas testáceas;

São também considerados impróprios para consumo humano os ovos que foram submetidos ao processo de incubação.

Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, considera-se impróprio para qualquer tipo de aproveitamento o leite cru, quando:

- I - provenha de propriedade interdita pela autoridade de saúde animal competente;
- II - na seleção da matéria-prima, apresente resíduos de produtos inibidores, de neutralizantes de acidez, de reconstituintes de densidade ou do índice crioscópico, de conservadores, de agentes inibidores do crescimento microbiano ou de outras substâncias estranhas à sua composição;
- III - apresente corpos estranhos ou impurezas que causem repugnância; ou IV - revele presença de colostro.

O leite considerado impróprio para qualquer tipo de aproveitamento e qualquer produto que tenha sido preparado com ele ou que a ele tenha sido misturado devem ser descartados e inutilizados pelo estabelecimento.

Também considera – se impróprio para produção de leite para consumo humano direto o leite cru, quando:

I - não seja aprovado nos testes de estabilidade térmica estabelecidos em normas complementares.

Além dos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, são considerados impróprios para consumo humano, na forma como se apresentam, o mel e o mel de abelhas sem ferrão que evidenciem fermentação avançada ou hidroximetilfurfural acima do estabelecido, conforme o disposto em normas complementares.

Para efeito das infrações, as matérias primas e os produtos são considerados alterados ou adulterados.

São consideradas alteradas as matérias primas ou os produtos que apresentem condições higiênico sanitárias inadequadas ao fim a que se destinam e incorrem em risco a saúde pública.

São considerados adulterados as matérias primas ou os produtos de origem animal:

I - Adulterados:

a) as matérias-primas e os produtos que tenham sido privados parcial ou totalmente de seus componentes característicos em razão da substituição por outros inertes ou estranhos, não atendendo ao disposto na legislação específica;

b) as matérias-primas e os produtos com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de dissimular ou de ocultar alterações, deficiências de qualidade da matéria-prima ou defeitos na elaboração;

c) as matérias-primas e os produtos elaborados com adição de ingredientes, de aditivos, de coadjuvantes de tecnologia ou de substâncias com o objetivo de aumentar o volume ou o peso do produto.

d) as matérias-primas e os produtos elaborados ou comercializados em desacordo com a tecnologia ou o processo de fabricação estabelecido em normas complementares ou em desacordo com o processo de fabricação registrado, mediante supressão, abreviação ou substituição de etapas

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA

essenciais para qualidade ou identidade do produto;

e) os produtos que sofram alterações na data de fabricação, na data ou no prazo de validade;

II - Falsificados:

- a) as matérias-primas e os produtos em que tenham sido utilizadas denominações diferentes das previstas neste Decreto, em normas complementares ou no registro de produtos junto ao SIM/POA;
- b) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados, fracionados ou reembalados, expostos ou não ao consumo, com a aparência e as características gerais de outro produto registrado junto ao SIM/POA e que se denominem como este sem que o seja;
- c) as matérias-primas e os produtos que tenham sido elaborados de espécie diferente da declarada no rótulo ou divergente da indicada no registro do produto.
- d) as matérias-primas e os produtos que não tenham sofrido o processamento especificado em seu registro, expostos ou não ao consumo, e que estejam indicados como um produto processado;
- e) as matérias-primas e os produtos que sofram alterações no prazo de validade;
- f) as matérias-primas e os produtos que não atendam às especificações referentes à natureza ou à origem indicadas na rotulagem.

O SIM/POA com base no Decreto 9.013 de 29 de março de 2017 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecerá normas complementares, os critérios de destinação de matérias-primas e de produtos julgados impróprios para o consumo humano, na forma em que se apresentem, incluídos sua inutilização, o seu aproveitamento condicional ou sua destinação industrial, quando seja tecnicamente viável.

Enquanto outras normas não forem editadas, o SIM/POA poderá:

I - autorizar que produtos julgados impróprios para o consumo, na forma que se apresentam, sejam submetidos a tratamentos específicos de aproveitamento condicional ou de destinação industrial que assegurem a eliminação das causas que os motivaram, mediante solicitação tecnicamente fundamentada;

II - determinar a condenação dos produtos a que se refere o inciso I.

O disposto acima não se aplica aos casos de aproveitamento condicional de que tratam o artigo 172e e o 24c do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.

Nos casos previstos nos incisos de I a XXXIX, independentemente da penalidade administrativa aplicável, podem ser adotados os seguintes procedimentos:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa, as matérias-primas e os produtos podem ser condenados ou pode ser autorizado o seu aproveitamento condicional para a alimentação humana, conforme disposto em normas complementares; e

II - nos casos de condenação, pode ser permitido o aproveitamento das matérias-primas e dos produtos para fins não comestíveis.

5.4 Das penalidades

As penalidades a serem aplicadas por autoridade competente terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Aos infratores dos dispositivos contidos na presente Instrução e de atos complementares que forem expedidas visando o seu cumprimento, serão aplicadas, isolada ou cumulativamente com outras penalidades:

I – Advertência quando o infrator não tiver agido com dolo ou má fé;

II – Multa:

1. No valor de 500 (quinhentos) reais:

- a) Construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação no SIM/POA;
- b) Não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
- c) Utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;

- d) Expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
- e) Ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
- f) Elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no SIM/POA; Expedir produtos sem rótulos ou produtos que não tenham sido registrados no SIM/POA;
- g) Deixar de fornecer os dados estatísticos de interesse do SIM/POA nos prazos regulamentares.

2. No valor de 1.000 (um mil) reais:

- a) Desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
- b) Desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
- c) Omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
- d) Receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
- e) Utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
- f) Não cumprir os prazos previstos nos documentos expedidos em resposta ao SIM/POA relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
- g) Adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal fabricados em estabelecimento não registrado em nenhum serviço de inspeção ou quando este estiver fora do seu âmbito de comercialização;
- h) Fabricar, expedir ou distribuir produtos de origem animal com rotulagem falsificada;
- i) Elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo SIM/POA;
- j) Prestar ou apresentar informações incorretas ou inexatas referentes à quantidade, à

- k) qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ao SIM/POA;
- l) Apor aos produtos novos prazos depois de expirada a sua validade.

3. No valor de 2.000 (dois mil) reais:

- a) Utilizar produtos com prazo de validade vencida em desacordo com os critérios estabelecidos em normas complementares;
- b) Sonegar informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM/POA e ao consumidor;
- c) Fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM/POA;
- d) Ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
- e) Adulterar matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
- f) Simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
- g) Embaraçar a ação de servidor do SIM/POA no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;
- h) Desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar se o servidor do SIM/POA;
- i) Produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
- j) Utilizar matérias-primas e produtos condenados, não inspecionados ou sem procedência conhecida no preparo de produtos usados na alimentação humana;
- k) Utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM/POA e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
- l) Fraudar documentos oficiais;
- m) Não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou que tenham sido adulterados;
- n) Importar matérias-primas ou produtos de origem animal adulterados;
- o) Prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ao SIM/POA;
- p) Receber, manipular, beneficiar, industrializar, fracionar, conservar, armazenar, acondicionar, embalar, rotular ou expedir produtos de origem animal sem possuir registro no órgão

de fiscalização competente;

- q) Descumprir determinações sanitárias de interdição total ou parcial de instalações ou equipamentos, de suspensão de atividades ou outras impostas em decorrência de fiscalizações ou atuações, incluídas aquelas determinadas por medidas cautelares;
- r) Não realizar os tratamentos de destinação industrial ou de aproveitamento condicional estabelecidos neste Decreto ou em normas complementares ou não dar a destinação adequada aos produtos condenados.

III – Apreensão ou condenação das matérias-primas e dos produtos de origem animal, quando não apresentarem condições higiênico-sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV - Suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênicosanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V- Interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas;

VI - cassação de registro ou do relacionamento do estabelecimento.

As multas previstas serão agravadas até o grau máximo, nos casos de artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço ou resistência à ação fiscal.

A suspensão de atividades de que trata o inciso IV e a interdição de que trata o inciso V do caput serão levantadas nos termos do disposto no art. 517 e art. 517-A do decreto 9013 de 29/03/2017 e suas alterações. Se a interdição total ou parcial não for levantada, após doze meses, será cancelado o registro ou o relacionamento do estabelecimento.

As sanções de que tratam os incisos IV e V poderão ser aplicadas de forma cautelar, sem prejuízo às medidas cautelares previstas no art. 495 do decreto nº9013 de 29/03/2017 e suas alterações.

As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.

Aos que cometerem outras infrações a este Decreto ou às normas complementares, será aplicada multa no valor compreendido entre dez e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e seu impacto na saúde pública ou na saúde animal, observadas as circunstâncias atenuantes e agravantes.

a) São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - o infrator ser primário na mesma infração;

II - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do fato;

III - o infrator, espontaneamente, procurar minorar ou reparar as consequências do ato lesivo que lhe for imputado;

IV - a infração cometida configurar-se como sem dolo ou sem má-fé; V - a infração ter sido cometida acidentalmente;

V - a infração não acarretar vantagem econômica para o infrator;

VI - a infração não afetar a qualidade do produto; (Decreto 10.468, 2020)

VII - o infrator comprovar que corrigiu a irregularidade que motivou a infração, até o prazo de apresentação da defesa;

VIII - o infrator ser estabelecimento agroindustrial de pequeno porte de produtos agropecuários que se enquadra nas definições dos incisos do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006.

b) São consideradas circunstâncias agravantes:

I - o infrator ser reincidente específico;

II - o infrator ter cometido a infração com vistas à obtenção de qualquer tipo de vantagem;

III - o infrator deixar de tomar providências para evitar o ato, mesmo tendo conhecimento de sua lesividade para a saúde pública;

IV - o infrator ter coagido outrem para a execução material da infração;

V - a infração ter consequência danosa para a saúde pública ou para o consumidor;

VI - o infrator ter colocado obstáculo ou embaraço à ação da fiscalização ou à inspeção;

VII - o infrator ter agido com dolo ou com má-fé; ou

VIII - o infrator ter descumprido as obrigações de depositário relativas à guarda do produto.

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA

As penalidades a que se refere a presente instrução serão aplicadas, sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

As multas a que se refere a presente instrução serão dobradas na reincidência e, em caso algum, isentam o infrator da inutilização do produto, quando essa medida couber, nem tampouco o isentam de ação civil e criminal.

As multas a que se refere esta instrução não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro ou do relacionamento do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem:

I - Considera-se reincidência, para os fins desta instrução, o novo cometimento, pelo mesmo transgressor, de infração pela qual já tenha sido autuado, julgada, e que não haja mais cabimento de qualquer recurso administrativo.

II - A ação civil e criminal cabe não só pela natureza da infração, mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.

III - A ação civil e criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas, a juízo do SIM/POA.

IV - A suspensão da atividade do estabelecimento, a interdição e o cancelamento do registro ou relacionamento são de competência do responsável do SIM/POA.

Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção, de transporte e de destruição dos produtos condenados.

Cabe ao infrator arcar com os eventuais custos de remoção e de transporte dos produtos apreendidos e perdidos em favor da União que serão destinados aos programas de segurança alimentar e combate à fome, nos termos do § 4º do art. 2º da Lei nº 7.889, de 1989.

Será aplicada a suspensão da atividade, sem prejuízo a outras sanções, os casos previsto no artigo 514 e 515 do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.

Será aplicada a interdição total ou parcial, sem prejuízo a outras sanções, os casos previsto 517 e 517 - A do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.

Será aplicada a cassação do registro, sem prejuízo a outras sanções, os casos previsto 519 do decreto nº 9013 de 29/03/2017 e suas alterações.

Não pode ser aplicada multa, sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a falta cometida, o artigo infringido, a natureza do estabelecimento, a respectiva localização e a firma responsável.

5.5. Do Rito do Processo Administrativo

O rito do processo administrativo será pautado nas seguintes etapas:

Etapa 1 - Abertura do Processo Administrativo

O descumprimento às disposições do decreto e às normas complementares será apurado em processo administrativo devidamente instruído, iniciado com a lavratura do auto de infração pelo Médico Veterinário Oficial.

Este documento poderá ser emitido no local da fiscalização ou outro local adequado.

Devendo o Auto ser claro e preciso, sem rasuras nem emendas, e deve descrever a infração cometida e a base legal infringida.

Considerando que o Auto de Infração é o documento apropriado para a imposição de medidas objetivando sanar irregularidades sanitárias nos estabelecimentos, compete ao médico veterinário dar total prioridade ao andamento dos processos referentes às fiscalizações nas quais se constante risco à inocuidade dos produtos, lavrando a documentação necessária com a maior agilidade possível, de forma a estancar quaisquer perigos que a produção em desconformidade com as normas sanitárias possa ocasionar aos consumidores.

Em resumo, o Médico Veterinário Oficial deverá aplicar o Auto de Infração o mais breve possível de acordo com a gravidade da situação.

O auto de infração será lavrado em modelo próprio a ser estabelecido pelo CIDEMA.

A assinatura e a data apostas no auto de infração por parte do autuado, ao receber sua cópia, caracterizam intimação válida para todos os efeitos legais.

Quando da recusa do autuado em assinar o auto de infração, o fato deve ser consignado no próprio auto de infração.

A ciência expressa do auto de infração pode ocorrer pessoalmente, por via postal, com aviso de recebimento - AR, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da cientificação do interessado.

Etapa II – Manifestação do Notificado

O infrator deverá entregar a defesa por meio de cópia física e deverá observar o horário de atendimento ao público do local a ser entregue, não será aceito defesa entregue por meios virtuais.

A defesa do autuado deve ser apresentada por escrito, em vernáculo e protocolizada no até prazo de 15 (quinze) dias corridos após a ciência, na representação da Secretaria da Agricultura do Município.

Etapa III – Análise da Manifestação do Notificado

Se o estabelecimento não se manifestar no prazo de 15 dias, o processo será avaliado sem apreciação da defesa.

Em caso de manifestação do infrator, o médico veterinário responsável pela notificação após juntada ao processo a defesa ou o termo de revelia, deve instruí-lo com relatório e o Chefe desse Serviço deve proceder ao julgamento em primeira instância.

Etapa IV – Sequencia do Processo Administrativo

a) Manifestação Não Acolhida ou Parcialmente Acolhida pelo Secretário de Agricultura:

No julgamento em primeira instância, poderá ser acolhida totalmente ou parcialmente a defesa, possibilitando retirada de algumas penalidades impostas no Auto de Infração, entretanto nunca incluir novas penalidades não citadas no Auto.

As medidas sanitárias cautelares constantes no Auto de Infração deverão estar envolvidas com a penalidade imposta.

Do julgamento em primeira instância, cabe recurso, em face de razões de legalidade e do mérito, no prazo de 10 dias, contado da data de ciência ou da data de divulgação oficial da decisão.

O recurso deverá ser protocolado na Secretaria da Agricultura do Município num prazo de 10 dias, devendo uma cópia do recurso ser enviada ao médico veterinário responsável pela autuação

A autoridade competente para decidir o recurso em segunda e última instância é o

Prefeito/Vice, respeitados os prazos e os procedimentos previstos para a interposição de recurso na instância anterior.

O não recolhimento do valor da multa no prazo de trinta dias, comprovado nos autos do processo transitado em julgado, implicará o encaminhamento do débito para inscrição em dívida ativa da União.

Será dado conhecimento público dos produtos e dos estabelecimentos que incorrerem em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo.

Também pode ser divulgado o recolhimento de produtos que coloquem em risco a saúde ou os interesses do consumidor.

A lavratura do auto de infração não isenta o infrator do cumprimento da exigência que a tenha motivado

b) Manifestação Acolhida pelo SIM do município:

Caso a manifestação da empresa seja deferida, ou seja, não havendo ato de infração cometido pelo estabelecimento, o processo administrativo será encerrado.

Etapas V – Encerramento Total do Processo

O processo administrativo será encerrado:

- a) Com o encerramento do Auto de Infração;
- b) Após a emissão do Auto de Infração, com a adoção das medidas determinadas pelo SIM do Município, e pagamento de multa quando não houver o recurso;
- c) Após a emissão do Auto de Infração com o cumprimento da decisão da Secretaria de Agricultura, caso haja interposição de recurso.
- d) Após decisão final do Prefeito/Vice municipal, em caso de julgamento em segunda instância.

O médico veterinário responsável pela emissão do Auto de Infração comunicará o parecer através de mudança do status do Auto para ENCERRADO, gerando neste momento um e-mail que será destinado ao autuado e ao próprio médico veterinário emissor do Auto, devendo este imprimir o referido documento e colher assinatura do responsável pelo estabelecimento objetivando a comunicação deste encerramento de processo.

5.6 Forma de Organização do Processo.

Serão considerados todos os documentos legalmente admitidos em direito. Devem ser anexados todos aqueles que forem relevantes para subsidiar a análise do processo, que tenha relação com a situação constatada no estabelecimento.

Toda documentação deve ser datada, numerada (do documento mais antigo para o mais recente), com as folhas rubricadas e ao final assinadas e, quando for o caso, com o ciente do proprietário / responsável pelo estabelecimento.

Em resumo, os processos terão sequência cronológica das ações desenvolvidas até o seu arquivamento (processo com páginas numeradas).

Os documentos, o Relatório do MV e o Auto de Infração estarão disponíveis organizados em forma de processo em pastas físicas no escritório do SIM e lançados na planilha de acompanhamento de Autos de Infrações.

Todo documento gerado ou apreendido durante a ação deverá ser informado no Auto de Infração.

5.7 Formas de Notificações para Ciência do Responsável pelo Estabelecimento

- a) Pessoalmente, com a assinatura do autuado;
- b) Pelo correio ou via postal (Carta registrada – Mão Própria);
- c) Por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido;

Na hipótese do autuado se negar a receber o Auto de Infração, poderá o médico veterinário oficial requerer a assinatura de duas testemunhas, considerando desta forma notificado o responsável pelo estabelecimento.

5.8 Dos documentos

Para fins de infração deve ser utilizado o AUTO DE INFRAÇÃO, conforme modelo Anexo 01.

Para fins de Imposição de medida cautelar deve ser utilizado o AUTO DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR, conforme modelo Anexo 02.

Para fins de apreensão de produtos, utiliza-se o AUTO DE APREENSÃO, conforme modelo Anexo 03.

Para fins de interdição total ou parcial de estabelecimento, utiliza-se o AUTO DE INTERDIÇÃO, conforme modelo Anexo 04.

Para fins de liberação dos produtos, utiliza-se o AUTO DE LIBERAÇÃO, conforme Anexo 05.

Para fins de desinterdição do estabelecimento, utiliza-se o AUTO DE DESINTERDIÇÃO, conforme Anexo 6.

Para fins de não apresentação de defesa pelo autuado, utiliza-se o TERMO DE REVELIA, conforme Anexo 07.

6. HISTÓRICO

Deverá conter todas as alterações sucessivas realizadas no documento, sendo preenchido a cada modificação: a versão, a data, a página e a natureza da mudança.

VERSÃO	DATA	PÁGINAS	NATUREZA DA MUDANÇA
01	08/12/2023	30	Criação do Documento

7. ANEXOS**ANEXO 01****AUTO DE INFRAÇÃO**

NÚMERO _____ / _____

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / BAIRRO / CIDADE

CEP: _____ - _____

CNPJ / CPF

Nº REGISTRO SIM

DISPOSITIVO LEGAL OU REGULAMENTAR INFRINGIDO (CAPITULAÇÃO):

DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO:

ELEMENTOS DE CONVICÇÃO:

Do que, para constar, lavrei este Auto de Infração em 2 (duas) vias, encaminhando cópia ao infrator, ficando o mesmo ciente de que poderá no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do ciente ou do recebimento deste, apresentar defesa escrita, como dispõe a portaria Nº 44 da Lei 9.784/99, sob pena do processo tramitar à revelia do autuado.

Assinatura e identificação do Autuante:

Data: _____ / _____ / _____

Assinatura e identificação do Autuado:

Ciente, recebi a 1ª via em _____ / _____ / _____

Testemunhas:

ANEXO 3

AUTO DE APREENSÃO nº...../.....

IDENTIFICAÇÃO DO DETENTOR DO PRODUTO / MATERIAL

Denominação do interessado:		Nº do Registro:
Endereço:		Município/UF:
CNPJ / CPF	CEP:	Telefone:
E mail:	Coordenada geográfica:	

O presente Auto foi lavrado motivado pela seguinte irregularidade(s) :

_ (ESPECIFICAR LEGISLAÇÃO PERTINENTE)

Produto(s) apreendido(s) e Quantidade(s)

Nome do produto	Nº de registro	Lote ou Data de Fabricação	Data de Validade	Peso/volum e por Unidade (kg)	Quantidade	Total (kg)	Valor Total (R\$)

Anexar sempre que possível cópia da nota fiscal ou outro documento que demonstre o valor dos produtos/materiais apreendidos.

Do que, para constar, lavrei este Auto de Apreensão em 2 (duas) vias, dando cópia ao infrator, ficando os mesmos cientes de que a comercialização, aproveitamento ou inutilização dos produtos apreendidos fica condicionada à liberação pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Assinatura e identificação do Autuante:

Data: / /

Assinatura e identificação do Autuado:

Ciente, recebi a 1ª via em / /

Testemunhas:

ANEXO 4**AUTO DE INTERDIÇÃO nº/...../.....****IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO**

Denominação do interessado:		Nº do Registro:
Endereço:		Município/UF:
CNPJ / CPF	CEP:	Telefone:
E mail:	Coordenada geográfica:	

O Médico Veterinário do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, abaixo assinado, no exercício de sua atribuição que trata o inciso IV do Artigo 44 do Anexo do Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 e com base no julgamento nº _____ na data de ____ / ____ / _____ procede a INTERDIÇÃO das atividades em caráter^(a) _____ do estabelecimento acima descrito.

Foram utilizados para a interdição do estabelecimento, os lacres de nº:

OBSERVAÇÕES: (a) informar se é caráter temporário ou permanente a interdição.

“Art. 330 do Código Penal Brasileiro: Desobedecer a ordem legal de funcionário público; Pena - detenção de quinze dias a seis meses, e multa”

“Art. 336 do Código Penal Brasileiro: Rasgar ou de qualquer forma, inutilizar ou conspurcar edital afixado por ordem de funcionário público, violar ou inutilizar selo ou sinal empregado por determinação legal ou por ordem de funcionário público, para identificar ou cerrar qualquer objeto. Pena: detenção de um mês a um ano ou multa”

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Responsável pelo estabelecimento

Nome:
RG/CPF:

Representante do SIM

Nome:
CRMV:



Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente - CIDEMA

ANEXO 6

AUTO DE DESINTERDIÇÃO/. /.

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

Denominação do interessado:		Nº do Registro:
Endereço:		Município/UF:
CNPJ / CPF	CEP:	Telefone:
E mail:		Coordenada geográfica:

Em cumprimento ao que consta no Processo n. _____ e referente ao Auto de Interdição nº. _____ DESINTERDITO o estabelecimento acima identificado.

Local e data: _____ de _____ de _____

Responsável pelo estabelecimento

Nome:
RG/CPF:

Médico Veterinário do SIM

Nome:
CRMV:

ANEXO 7

TERMO DE REVELIA

Processo n°:

Auto de Infração n°:

Findo o prazo de que trata o Artigo 35 da Lei nº 14.515/2022, sem que o interessado tenha apresentado defesa escrita ao documento acima referido, em tempo hábil, é o autuado considerado **REVEL**.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Médico Veterinário do SIM

Nome:

CRMV: